

Paranaíta
Ribeirãozinho
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
com relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas a demonstração financeira	14



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A companhia

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	1.011,75
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	4

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 428.575.598 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 396.623.363 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	2,53	2,33
• Liquidez corrente	10,23	5,61
• Relação patrimônio líquido/ativo	60,53%	57,01%
• Relação passivo não circulante/ativo	37,49%	39,88%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	15,13%	14,46%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	20,50%	21,57%
Ativos Totais – R\$	4.200.290.508	3.951.612.815
Lucro Líquido do exercício	384.581.754	325.735.271

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.



5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos, prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

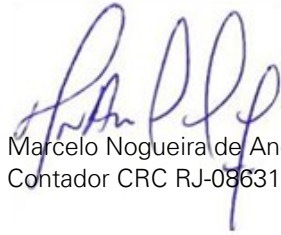
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	333.256.100	187.262.846
Concessionárias e permissionárias	6	44.310.263	42.139.205
Contas a receber - partes relacionadas	23	864.473	1.034.306
Estoques		2.756.658	180.366
Adiantamento a fornecedor		153.280	256.366
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	33.317.533	42.636.659
Outros impostos a recuperar	8	1.993.982	1.946.340
Ativo de contrato	9	433.402.643	413.367.315
Outros ativos circulantes		652.568	567.501
		850.707.500	689.390.904
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	21.422.004	20.875.439
Ativo de contrato	9	3.326.633.019	3.239.751.190
Outros ativos não circulantes		-	4.080
Imobilizado		1.443.331	1.467.975
Intangível		84.654	123.227
		3.349.583.008	3.262.221.911
Total do ativo		4.200.290.508	3.951.612.815
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	10	8.793.513	15.664.166
Fornecedores - partes relacionadas	23	5.810.806	6.297.979
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	46.949.111	46.908.257
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	12.061.226	14.534.544
Outros impostos a pagar	12	3.654.505	8.066.941
Taxas regulamentares	13	2.801.458	3.552.362
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	16	-	24.967.722
Outros passivos circulantes		3.048.642	2.816.128
		83.119.261	122.808.099
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	500.503.910	545.662.158
Compensação ambiental		12.292.231	11.131.881
Impostos diferidos	15	1.061.742.212	1.019.097.825
		1.574.538.353	1.575.891.864
Patrimônio líquido			
Capital social	16	675.001.000	675.001.000
Reserva de retenção de lucros		1.699.090.483	840.872.784
Reserva de lucros a realizar		-	644.907.789
Reserva legal		72.219.693	52.990.607
Reserva de incentivos fiscais		96.321.718	39.140.672
		2.542.632.894	2.252.912.852
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.200.290.508	3.951.612.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	17	506.356.091	469.040.087
Custo de construção e operação	18	<u>(25.544.625)</u>	<u>(7.927.039)</u>
Lucro bruto		<u>480.811.466</u>	<u>461.113.048</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(15.966.099)	(13.490.696)
Outras (despesas)/receitas operacionais	20	<u>56.300.152</u>	<u>38.365.481</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>521.145.519</u>	<u>485.987.833</u>
Resultado financeiro	21	<u>(24.894.792)</u>	<u>(41.921.241)</u>
Receita financeira		16.808.661	3.210.578
Despesa financeira		<u>(41.703.453)</u>	<u>(45.131.819)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>496.250.727</u>	<u>444.066.592</u>
IRPJ e CSLL correntes	22	(78.914.422)	(51.258.524)
IRPJ e CSLL diferidos	22	<u>(32.754.551)</u>	<u>(67.072.797)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>384.581.754</u>	<u>325.735.271</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranáíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	384.581.754	325.735.271
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>384.581.754</u>	<u>325.735.271</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	675.001.000	36.703.843	611.280.526	644.907.789	-	1.967.893.158	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	325.735.271	325.735.271
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 16)	-	16.286.764	-	-	-	(16.286.764)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM(Nota explicativa 16)	-	-	-	-	39.140.672	(39.140.672)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	270.307.835	-	-	(270.307.835)	-
Dividendos adicionais (Nota explicativa 16)	-	-	(11.341.787)	-	-	-	(11.341.787)
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 16)	-	-	(29.373.790)	-	-	-	(29.373.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	675.001.000	52.990.607	840.872.784	644.907.789	39.140.672	-	2.252.912.852
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	384.581.754	384.581.754
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 16)	-	19.229.086	-	-	-	(19.229.086)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 16)	-	-	-	-	57.181.046	(57.181.046)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 16)	-	-	-	-	-	(26.585.072)	(26.585.072)
Dividendos intermediários (nota explicativa 16)	-	-	(52.060.028)	-	-	-	(52.060.028)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 16)	-	-	-	-	-	(16.216.612)	(16.216.612)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros(Nota explicativa 16)	-	-	265.369.938	-	-	(265.369.938)	-
Reversão de reserva especial de lucros a realizar(Nota explicativa 16)	-	-	644.907.789	(644.907.789)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	675.001.000	72.219.693	1.699.090.483	-	96.321.718	-	2.542.632.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		<u>496.250.727</u>	<u>444.066.592</u>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros do empréstimo e do financiamento	11	39.751.651	43.510.310
Depreciação e Amortização		244.801	243.836
Provisão para perda de crédito esperada	6	(68.445)	406.291
Outras provisões - compensação ambiental		1.160.349	1.436.246
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(2.102.614)	(1.060.921)
Contas a receber - partes relacionadas		169.833	(746.201)
Ativo de contrato	9	(106.917.157)	(103.527.861)
Estoques		(2.576.292)	(180.366)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		9.319.126	(23.782.203)
Outros impostos a recuperar		(47.642)	(35.845)
Adiantamento à fornecedores		103.086	1.131.012
Outros ativos		(80.987)	(304.911)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores terceiros e partes relacionadas		(7.357.827)	(48.394.514)
Tributos e contribuições sociais		(22.505.706)	33.023.553
Taxas regulamentares		(750.904)	1.512.100
Compensação ambiental		-	9.695.635
Juros pagos	11	(39.710.798)	(39.869.879)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(34.960.497)	(55.527.268)
Outros impostos pagos		(22.431.897)	(53.222.690)
Outros passivos		<u>232.516</u>	<u>860.625</u>
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>307.721.323</u>	<u>209.233.541</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado e intangível		(181.583)	(8.771)
Títulos e valores mobiliários		<u>(546.566)</u>	<u>4.615.305</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(728.149)</u>	<u>4.606.534</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos pagos	11	(45.158.247)	(41.395.060)
Dividendo pagos	16	(68.276.640)	(12.219.556)
Juros sobre capital próprio	16	<u>(47.565.033)</u>	<u>(69.780.444)</u>
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(160.999.920)</u>	<u>(123.395.060)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>145.993.254</u>	<u>90.445.015</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>187.262.846</u>	<u>96.817.831</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>333.256.100</u>	<u>187.262.846</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas a demonstração financeira

(Em Reais)

1 Informações gerais

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso.

A Companhia iniciou suas operações em 13 de janeiro de 2019, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197 (trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e sete reais) sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso:

- (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km
- (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

De acordo com o contrato de concessão nº 10/2016 firmado entre a Paranaíta e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 334.568.197 (trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e sete reais), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base.

A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 13 de janeiro de 2019 conforme emissão do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo ONS.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 396.623.363 (trezentos e noventa e seis milhões, seiscentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e três reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 428.575.598 (quatrocentos e vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).

- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 2,0% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,4% em 2020 e 0,1% no exercício de 2021, nos montantes de R\$118.195 (cento e dezoito mil, cento e noventa e cinco reais) e R\$ 56.137 (cinquenta e seis mil, cento e trinta e sete reais) respectivamente patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2022.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13 Receita operacional

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos contratuais de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15 Meio ambiente

Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão.

3.16 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.17 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) **Contratos onerosos** - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) **Reforma de taxas de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- CPC 32/IAS 12 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1.000	1.000
Bancos	9.493.220	9.531.304
Aplicações financeiras (i)	<u>323.761.880</u>	<u>177.730.542</u>
	<u>333.256.100</u>	<u>187.262.846</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 104,95% da taxa CDI.

- (i) O aumento refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2021 em função principalmente do reajuste anual de RAP (correção da inflação RAP) combinadas com menor pagamento de impostos em função do aproveitamento do benefício fiscal.

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	43.783.155	41.930.085
Vencidas até 30 dias	30.984	14.813
Vencidas até 60 dias	4.174	25.909
Vencidas até 90 dias	3.344	41.986
Vencidas há mais de 90 dias	<u>605.740</u>	<u>311.991</u>
	<u>44.427.397</u>	<u>42.324.784</u>
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	<u>(117.134)</u>	<u>(185.579)</u>
	<u>44.310.263</u>	<u>42.139.205</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(185.579)	(178.072)
Reversão	185.983	199.392
Provisão	<u>(117.538)</u>	<u>(206.899)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(117.134)</u>	<u>(185.579)</u>

7 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Conta reserva - financiamentos	<u>21.422.004</u>	<u>20.875.439</u>
	<u>21.422.004</u>	<u>20.875.439</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11).

Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

8 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ saldo negativo (i)	25.875.574	18.434.717
CSLL saldo negativo	6.936.934	6.936.934
IRPJ antecipado	136.829	-
CSLL antecipado	49.258	-
IRRF a recuperar (ii)	235.079	13.158.141
CSLL a recuperar (ii)	<u>83.859</u>	<u>4.106.867</u>
	<u>33.317.533</u>	<u>42.636.659</u>

	31/12/2021	31/12/2020
Outros impostos a recuperar		
Pis a recuperar	281.552	281.552
Cofins a recuperar	1.299.473	1.299.473
INSS	272.206	272.206
Outros	140.751	93.109
	<u>1.993.982</u>	<u>1.946.340</u>

- (i) Variação refere-se a alteração das bases de cálculo de apuração dos impostos de períodos anteriores devido á mudança de premissas, gerando saldo negativo.
- (ii) Variação refere-se na utilização de créditos fiscais durante o ano de 2021.

9 Ativo de contrato

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	433.402.643	413.367.315
Não circulante	3.326.633.019	3.239.751.190
	<u>3.760.035.662</u>	<u>3.653.118.505</u>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.549.590.644</u>
Receita de O&M	38.987.643
Receita de remuneração	501.453.792
Recebimentos	(436.910.597)
Imobilizado em curso	<u>(2.977)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.653.118.505</u>
Circulante	413.367.315
Não circulante	3.239.751.190
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.653.118.505</u>
Receita de O&M (i)	40.481.860
Receita de remuneração (ii)	516.090.077
Recebimentos (iii)	(449.654.780)
Imobilizado em curso (iv)	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.760.035.662</u>
Circulante	433.402.643
Não circulante	3.326.633.019

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção
- (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração

(iii) O cálculo da linha de recebimentos é feito através da subtração da RAP homologada no ciclo mais o ajuste calculado da diferença entre a RAP do modelo da adoção contra a RAP homologada. Tendo em vista a adoção da premissa do reconhecimento de todas as RAPs do ciclo dentro do ano de homologação da RAP, tal ajuste aumentou em comparação ao período anterior, tais aumentos são consequência da dinâmica do Ativo de Contrato que aumenta nos primeiros anos de operação se iguala a zero ao final. Tais aumentos decorrem do fato de que a concessão ainda não recebeu RAP o suficiente para amortizar o ativo contratual e, por consequência, diminuir a receita financeira para patamares menores que a amortização decorrente dos recebimentos de RAP.

(iv) Quitação de adiantamento que estava no imobilizado em curso no exercício de 2020

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

10 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para encerramento de obra (i)	2.061.268	10.718.858
Fornecedores relacionados à construção (ii)	6.016.997	4.719.839
Gastos ambientais e fundiários	162.422	15.957
Serviços	215.050	130.972
Outros	337.776	78.540
	8.793.513	15.664.166

(i) Refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores, cujo encerramento está previsto para o exercício de 2022.

(ii) Variação refere-se a provisões de NF's relacionadas à construção que serão quitadas durante o exercício de 2022.

11 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	out/18	jan/34	SGBH	TJLP +2,33%	547.453.021	592.570.415
					547.453.021	592.570.415
Circulante					46.949.111	46.908.257
Não circulante					500.503.910	545.662.158
					547.453.021	592.570.415

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2021
BNDES	592.570.415	39.751.651	(39.710.798)	-	(45.158.247)	547.453.021
Total	592.570.415	39.751.651	(39.710.798)	-	(45.158.247)	547.453.021

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
BNDES	630.325.044	43.510.310	(39.869.879)	-	(41.395.060)	592.570.415
Total	630.325.044	43.510.310	(39.869.879)	-	(41.395.060)	592.570.415

BNDES

Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 545.662.158 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidiram juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034.

c. Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH)

d. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2.

Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2021:

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	390.736
(+) EBITDA	425.696
(-) Pagamento de IR + CS	<u>(34.960)</u>
B) Serviço da Dívida	84.869
(+) Amortização de dívida	45.158
(+) Pagamento de juros	<u>39.711</u>
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	<u>4,60</u>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por *Impairment*
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	1.183.399
Ativo Total (B)	<u>1.779.314</u>
Índice de Capitalização (A/B)	<u>67%</u>

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2023	45.206.274
2024	45.238.482
2025	45.270.632
2026	45.302.767
2027-2034	<u>319.485.755</u>
	<u>500.503.910</u>

12 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ (i)	-	1.345.292
CSLL (i)	<u>12.061.226</u>	<u>13.189.252</u>
	<u>12.061.226</u>	<u>14.534.544</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS	545.336	601.990
COFINS	2.545.686	2.774.798
IRRF retido na fonte (ii)	78.569	4.414.434
Outros	<u>484.914</u>	<u>275.719</u>
	<u>3.654.505</u>	<u>8.066.941</u>

- (i) Alteração na metodologia do ICPC 01 e CPC 47, gerando imposto menor em 2021.
- (ii) Variação refere-se substancialmente ao IRRF sobre juros sobre capital próprio provisionado em dezembro de 2020 pago somente em 2021. Em 2021 foi provisionado e pago dentro da mesma competência.

13 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	2.660.812	3.423.451
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	<u>140.646</u>	<u>128.911</u>
	<u>2.801.458</u>	<u>3.552.362</u>

(i) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2021 a junho de 2021 de R\$ 1.546.931 (um milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais).

14 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões e fiscais, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Cível (i)	4.360.958	4.478.275
Servidões (ii)	-	1.285
Fiscal (iii)	<u>1.396.695</u>	<u>1.396.695</u>
	<u>5.757.653</u>	<u>5.876.255</u>

- (i) Processos cíveis: Refere-se a uma ação judicial, autuada sob o nº 0301122-74.2017.8.19.0001, que tramita perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e nela são discutidas questões contratuais envolvendo a subcontratação de serviços.

- (ii) **Servidões:** Referem-se a ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. O valor apontado em 2020 refere-se ao processo nº 1001215-91.2017.8.11.0009, que tramita pelo Estado de Mato Grosso, e no qual também se discute a constituição de servidão de passagem e parcela de imóvel rural, para instalação de rede de transmissão de energia elétrica. Variação refere-se a mudança de prognóstico de possível para remoto.
- (iii) **Processos Fiscais:** Referem-se à duas ações judiciais e a um processo administrativo todos fiscais, nos quais se discute ISS no Estado de Mato Grosso. Os feitos foram autuados respectivamente sob os números 1002176-28.2020.8.11.0041, 1000883-55.2020.8.11.0095 e 018/ISSQN/2018.

15 Impostos diferidos

Os impostos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
IR Diferido	524.955.084	500.870.855
CSLL Diferida	188.983.830	180.313.508
Pis Diferido	62.040.588	60.276.455
Cofins Diferido	<u>285.762.710</u>	<u>277.637.007</u>
	<u>1.061.742.212</u>	<u>1.019.097.825</u>

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões e um mil reais), dividido em 675.001.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões e um mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c. Reserva de retenção de lucros

O saldo acumulado de reserva de retenção de lucros em 2020 foi de R\$ 840.872.784 (oitocentos e quarenta milhões, oitocentos e setenta e dois mil, setecentos e oitenta e quatro reais)

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal pagamento de dividendos intermediários e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 1.699.090.483 (um bilhão, seiscentos e noventa e nove milhões, noventa mil e quatrocentos e oitenta e três reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada

d. Reserva especial de lucros a realizar

Em 01/01/2018, a Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes da adoção inicial do CPC 47 no montante de 644.907.789 (seiscentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e sete mil, setecento e oitenta e nove reais). Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal. Em 2021 esse valor foi revertido e passou a integrar a reserva de retenção de lucros.

e. Reserva de incentivos fiscais

A PRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado “Lucro da Exploração” por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029.

De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi R\$ 39.140.672 (trinta e nove milhões cento e quarenta mil seiscentos e setenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi R\$ 96.321.718 (noventa e seis milhões, trezentos e vinte e um mil e setecentos e dezoito reais) em 31 de dezembro de 2021.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	384.581.754	325.735.271
Reserva legal (5%)	<u>(19.229.086)</u>	<u>(16.286.764)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>365.352.668</u>	<u>309.448.507</u>
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>3.653.527</u>	<u>3.094.485</u>
Provisão de juros sobre capital próprio	<u>(26.585.072)</u>	<u>(29.373.790)</u>

Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 29.373.790 (vinte e nove milhões, trezentos e setenta e três mil e setecentos e noventa reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 4.406.068 (quatro milhões, quatrocentos e seis mil e sessenta e oito reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$24.967.722 (vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e sete mil e setecentos e vinte e dois reais). Esse montante foi pago em 6 de julho de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço social, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 52.060.028 (cinquenta e dois milhões, sessenta mil e vinte e oito reais). Esse montante foi pago em 30 de agosto de 2021.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o balanço semestral, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 16.216.612 (dezesseis milhões, duzentos e dezesseis mil, seiscentos e doze reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 26.585.072 (vinte e seis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e setenta e dois reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 3.987.760,80 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e sessenta reais e oitenta centavos) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 22.597.311,2 (vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e onze reais e vinte centavos). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo no exercício de 2021.

17 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	<u>564.158.837</u>	<u>523.130.207</u>
Receita de operação e manutenção	40.481.860	38.987.643
Remuneração do ativo contratual	516.090.077	501.453.792
Outras receitas	<u>7.586.900</u>	<u>(17.311.228)</u>
Deduções da receita operacional	<u>(57.802.746)</u>	<u>(54.090.120)</u>
PIS	(9.292.107)	(8.642.499)
COFINS	(42.800.009)	(39.807.875)
TFSEE	(1.617.342)	(1.888.887)
P&D	<u>(4.093.288)</u>	<u>(3.750.859)</u>
	<u>506.356.091</u>	<u>469.040.087</u>

- (i) O reconhecimento da receita baseia-se no reconhecimento do direito adquirido de receber as RAPs reajustadas via homologação da ANEEL dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o ano da homologação em si um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamento de inflação. Dessa forma, o alto patamar atingido pela inflação ao longo de 2021 trouxe impacto representativo na RAP homologada para o ciclo 2021-2022 e, por conseguinte, a Companhia considerou como razoável reconhecer a diferença entre a RAP projetada no modelo (a uma inflação mais baixa) e a RAP do ciclo atual homologada pela ANEEL, dentro do próprio exercício.

18 Custo da operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal (i)	(17.122.283)	(14.123.924)
Material	(1.634.354)	(873.686)
Serviços de terceiros (ii)	(3.512.418)	(1.056.700)
Arrendamentos e aluguéis	9.622	(20.922)
Seguros	(240.950)	(240.981)
Tributos	(112.686)	(63.399)
Custo de operação e manutenção(iii)	(1.333.052)	10.139.426
Gastos diversos	<u>(1.598.504)</u>	<u>(1.686.853)</u>
	<u>(25.544.625)</u>	<u>(7.927.039)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento de admissões ocorridas em 2021 e alteração da premissa utilizada para o cálculo de provisão de Bônus.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a gastos com recuperação de áreas degradadas.
- (iii) Variação refere-se substancialmente a quitações de adiantamentos de imobilizado no exercício de 2020.

19 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal (i)	(12.750.021)	(10.595.158)
Material	(369.317)	(284.811)
Serviços de terceiros	(1.578.586)	(1.662.854)
Arrendamentos e aluguéis	(157.187)	(156.979)
Doações	(116.481)	(28.900)
Provisões	64.366	(7.507)
Tributos	(5.990)	(3.191)
Depreciação e amortização	(244.801)	(243.837)
Outras	(808.082)	(507.459)
	<u>(15.966.099)</u>	<u>(13.490.696)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento de admissões ocorridas em 2021 e alteração da premissa utilizada para o cálculo de provisão de Bônus.

20 Outras receitas / (despesas) operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva SUDAM (i)	57.181.047	39.140.672
Outras despesas (ii)	(880.895)	(775.191)
	<u>56.300.152</u>	<u>38.365.481</u>

- (i) Valor refere-se a incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021 de fevereiro de 2021.

- (ii) Valor refere-se a despesas com pessoal referente ao contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura.

21 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras (i)	<u>16.808.661</u>	<u>3.210.578</u>
Receitas de aplicações financeiras	13.229.017	3.408.104
Tributos sobre receitas financeiras	(819.720)	(159.881)
Outras receitas financeiras	4.399.364	(37.645)
Despesas financeiras (ii)	<u>(41.703.453)</u>	<u>(45.131.819)</u>
Juros sobre empréstimos - terceiros	(39.751.651)	(43.510.310)
Outras despesas financeiras	(1.951.802)	(1.621.509)
	<u>(24.894.792)</u>	<u>(41.921.241)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações financeiras durante o ano, aumentando o rendimento e o IR sobre aplicação e aumento na receita de atualização monetária de créditos fiscais.

- (ii) Variação refere-se a redução dos juros devido a quitação de parte do principal e juros reduzindo o custo do empréstimo.

22 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro real)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>496.250.727</u>	<u>444.066.592</u>
Adições/Exclusões não dedutíveis	10.044.697	11.100.639
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	-
Ajustes ICPC 01	(92.325.156)	(249.091.023)
Doações e Subv. para Investimento	(57.181.046)	(39.140.672)
Juros s/ Capital Próprio	<u>(26.585.072)</u>	<u>(29.373.790)</u>
Lucro Real	<u>330.204.150</u>	<u>137.561.746</u>
Compensação PF/BN (30%)	<u>(85.195.334)</u>	-
Lucro Real (Após Compensação)	<u>245.008.816</u>	<u>137.561.746</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(61.228.204)	(34.366.437)
Inc. Fiscais	4.364.575	(4.511.530)
IRPJ devido (25%)	<u>(56.863.629)</u>	<u>(38.877.967)</u>
CSLL (9%)	<u>(22.050.793)</u>	<u>(12.380.557)</u>
IR e CS correntes	(78.914.422)	(51.258.524)
IR e CS diferidos	<u>(32.754.551)</u>	<u>(67.072.797)</u>
	<u>(111.668.973)</u>	<u>(118.331.321)</u>
Alíquota efetiva	<u>16 %</u>	<u>13%</u>

23 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1 Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>864.473</u>	<u>1.034.306</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	849.353	985.527
Outros	<u>15.120</u>	<u>48.779</u>

23.2 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas	<u>5.810.806</u>	<u>6.297.979</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	5.800.529	5.395.408
Aluguel (ii)	-	9.738
Outros	<u>10.277</u>	<u>892.833</u>

23.3 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>(20.628.927)</u>	<u>(14.895.441)</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(20.529.432)	(14.781.030)
Aluguel (ii)	<u>(99.495)</u>	<u>(114.411)</u>

- (i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

23.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	824.890	760.989
Benefícios diretos e indiretos	181.304	147.984
Encargos	540.816	401.430
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>724.501</u>	<u>664.598</u>
Valor total da remuneração	<u>2.271.511</u>	<u>1.975.001</u>

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

24 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 24.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	333.256.100	187.262.846
Títulos e valores mobiliários	7	<u>21.422.004</u>	<u>20.875.439</u>
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias e permissionárias	6	<u>44.310.263</u>	<u>42.139.205</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	547.453.021	592.570.415
Fornecedores terceiros	10	8.793.513	15.664.166
Fornecedores partes relacionadas	23	<u>5.810.806</u>	<u>6.297.979</u>

24.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

<i>Efeito em Reais</i>	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	333.256.100	187.262.846
Títulos de Valores Mobiliários	21.422.004	20.875.439
Concessionária e Permissionárias	<u>44.310.263</u>	<u>42.139.205</u>
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	<u>547.453.021</u>	<u>592.570.415</u>

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Seguro Patrimonial	Risco operacional	313.190.000	313.190.000
Responsabilidade Civil	Risco Civil	20.000.000	20.000.000
Veículos	Carros	994.608	755.400
Total Seguros		334.184.608	333.945.400

27 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 11.208.277 (onze milhões, duzentos e oito mil, duzentos e setenta e sete reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PRTE-ENG-2016-0009	Sepco1	EPC TP2 - Lote C2	28/11/2016	1.608.950
PRTEPM20203520	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C2	16/09/2020	1.700.000
PRTEPM20203519	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C3	30/09/2020	4.466.858
PRTE-PM-2020-3870	Engelineas	TEQ C3 - Diagnóstico de inconformidades	04/02/2021	315.490
PRTE-PM-2021-4177	Brametal	TEQ C3 - Estruturas metálicas	22/11/2021	299.833
PRTE-ENG-2018-177	Nari	Contrato EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	38.607
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	2.778.539
				11.208.277

Cronograma de vencimento

	Em R\$
2022	11.208.277
	11.208.277